

O ENCONTRO DA REVOLUÇÃO COM A HISTÓRIA

*Murilo Leal Pereira Neto**

ARCARY, Valério. *O encontro da Revolução com a História; socialismo como projeto na tradição marxista*. São Paulo: Instituto José Luís e Rosa Sundermann; Xamã, 2006.

“*O encontro da revolução com a História; socialismo como projeto na tradição marxista*”, de Valério Arcary, é um grande livro. Pelos temas que discute – os problemas das revoluções política, social e da construção do socialismo no século XX; pelos propósitos a que se destina – o debate com os militantes de vanguarda com vistas ao esclarecimento para a ação estratégica mais bem esclarecida; pela consistência dos compromissos intelectuais e políticos dos quais se origina – a longa e coerente trajetória militante do autor; pelos métodos que adota – um marxismo “ortodoxo”, porque fiel aos clássicos, mas não dogmático, uma vez que aberto à pesquisa, ao debate, à crítica desses mesmos clássicos à luz da experiência e da reflexão contemporânea.

A obra se compõe de dez capítulos, sete dos quais são versões modificadas de partes da tese de doutorado do autor, defendida junto ao Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, sob orientação da professora Zilda Iokoi. A mesma pesquisa que resultou na tese e neste livro, também alimentou o trabalho anterior do autor, “*As esquinas perigosas da História; situações revolucionárias em perspectiva marxista*”, publicado em 2004. Cabe destacar que o livro sai em co-edição entre a editora Xamã e a Editora Instituto José Luís e Rosa Sundermann – esta última responsável por recentes iniciativas editoriais de alta qualidade gráfica e grande importância política, como, por exemplo, a publicação da *História da Internacional Comunista*, em dois volumes, de Pierre Broué e a *História da Revolução Russa*, de Leon Trotsky.

Algumas questões já discutidas pelo autor em 2004 são retomadas agora, como, por exemplo, o problema da elaboração de uma escala de temporalidades adequada para a compreensão dos processos da revolução no século XX. Outro tema agora rediscutido é o da articulação entre revoluções políticas e sociais – sintetizado na metáfora *fevereiro/outubro*. Escolhemos, dentre o amplo leque de assuntos abordados pelo autor, debater alguns, à guisa de apresentação crítica da obra. Além das duas matérias já mencionadas, comentaremos sobre: o debate a respeito da teoria do colapso do capitalismo; a articulação entre reforma e revolução e, finalmente, a polêmica com a tese de Jacob Gorender, em *Marxismo sem utopia*, segundo a qual o proletariado comprovou-se uma classe ontologicamente reformista.

Na historiografia, as periodizações são recurso indispensável para a inteligibilidade do processo histórico. O tempo histórico não coincide com o cronológico, não é homogêneo e vazio, mas repleto de significados. Recorta-lo pressupõe critérios, referências, algum norte interpretativo. Um dos critérios aceitos é o da duração dos processos naturais, sociais e culturais, do qual se valeu o historiador francês Fernand Braudel quando, em 1958, formulou o modelo das durações curta (tempo dos acontecimentos), média (tempo das conjunturas) e longa (tempo das estruturas). A tradição marxista também se envolveu com a matéria, mas de forma diferente. Enquanto Braudel nos oferecia um modelo para se pensar o tempo histórico, lembrando que o tempo das estruturas seria o determinante, Valério nos lembra que a reflexão marxista seguiu dois eixos diferenciados: o da sucessão dos períodos de expansão econômica e crises do capitalismo e o dos processos estruturais de formação, apogeu e decadência do sistema. Se a prevalência do tempo das estruturas na determinação dos processos históricos foi, para Braudel, segundo a crítica de autores como François Dosse e José Carlos Reis, a base para a interpretação de uma história imóvel, a investigação sobre os tempos da história é, para os marxistas, uma tentativa de mapear o metabolismo do capitalismo e prever suas crises – logo, as possibilidades da transformação. A reflexão marxista não oferece tão somente critérios classificatórios, mas propõe uma interpretação sobre os ciclos econômicos e suas articulações com os sociais e políticos, de forma a permitir um grau de orientação mais seguro para a ação política. As dificuldades da empresa são dramáticas.

Valério defende e atualiza a tese de que vivemos, desde a Revolução Russa, uma época histórica de decadência do capitalismo e revolução social. O postulado marxiano continuaria vigente: o sistema do capital já não é capaz de acolher e dar desenvolvimento às forças produtivas – tendendo a tolhe-las e transforma-las em forças de destruição; por outro lado, entrou já em ação o sujeito histórico virtualmente capaz de revolucionar a ordem capitalista e construir novas formas de sociabilidade – a classe trabalhadora. Estaria,

portanto, segundo Marx e Engels, aberta, já no século XIX, uma *época revolucionária* – prognóstico, segundo Valério, correto quanto à perspectiva histórica, mas equivocado quanto ao tempo cronológico. Coube ao século XX a qualidade do “século mais revolucionário da história” – marcado que foi por cinco ondas revolucionárias, na visão do autor.

Em alguns momentos, Valério parece associar as escalas do tempo da revolução aos espaços geográficos. *Etapa* seria um conceito adequado para a análise dos fenômenos internacionais; *situação*, para operar em nível continental e *conjuntura*, no plano nacional (p. 104). Em outros momentos, sua reflexão parece trabalhar exclusivamente com a noção do tempo histórico-social, caracterizando as *épocas históricas* como “longos períodos em que se manifestam as condições mais estruturais de dominação das relações sociais capitalistas”; as *etapas políticas* como “fases concretas em que se objetivam as relações sociais e políticas de forças entre as classes e as relações entre os Estados no sistema internacional”. As *etapas* representariam um tempo médio, entre as *épocas* e as “situações e conjunturas nos prazos curtos” (p. 92). Embora a classificação rigorosa da lógica das *etapas*, *situações* e *crises* revolucionárias seja um tema espinhoso e talvez não resolvido, as conclusões mais gerais propostas por Valério são as seguintes: a *época revolucionária* aberta pela Revolução Russa não chegou ao fim. Entretanto, podem abrir-se *etapas* contra-revolucionárias breves em *épocas revolucionárias*. Os ciclos de recuperação ocorridos no pós guerra e na esteira da restauração capitalista na URSS tenderiam a ter curta duração.

O tema da relação *fevereiro-outubro* articula-se com a questão dos tempos e períodos da revolução no século XX. Valério emprega *fevereiro* como metáfora para revoluções políticas e *outubro* para revoluções sociais, tendo, obviamente, como referência a Revolução Russa de 1917. Os *fevereiros*, muito mais freqüentes, se voltam contra regimes políticos tirânicos, reúnem maiorias populares e setores dissidentes das classes dominantes, exigem um grau de organização política menor das classes exploradas e resolvem-se rapidamente. Os *outubros*, mais raros, se voltam contra todo o sistema de dominação e exploração, pressupondo uma crise estrutural do Estado e uma crise econômica do sistema, enfrentam a resistência das classes dominantes unificadas e dividem as classes exploradas, exigindo, para sua resolução, a intervenção de uma direção revolucionária. O interessante, na reflexão de Valério, é a proposição, “pinçada” de Engels, de que os “fevereiros” foram seguidos de “outubros”, desde a Comuna de Paris até a Revolução dos Cravos. Ou seja, o momento democrático das revoluções modernas tem sido sucedido pelo momento social, na maioria das vezes abortado por falta de organização adequada e de direção do sujeito social – a classe trabalhadora. Trata-se da recorrência da “revolução

em duas vagas”. Parece-me instigante a análise de que as revoluções políticas decorrem de crises e desatam forças sociais que não podem ser resolvidas inteiramente com a mudança dos regimes políticos – mas não me parece que isto nos autorize a caracterizar as revoluções políticas como revoluções sociais abortadas, como afirma Valério. *Fevereiro* desencadeia forças que podem chegar a *outubro* – embora tenham sido freqüentemente abortados - mas não é um *outubro* frustrado.

No capítulo “O capitalismo pode ter morte natural?”, Valério opõe-se aos intérpretes, como Rosa Luxemburgo, que cogitaram sobre a possibilidade de um colapso final do capitalismo, em decorrência da tendência à queda da taxa média de lucros. Argumenta o autor que “não há xeque-mate econômico na luta de classes”. Não há recessão ou depressão sem saída. A resolução da crise econômica se daria no plano sócio-político: pode a burguesia obrigar as classes exploradas a pagar o preço de novos “ajustes” e a aceitar novas formas de exploração? Lembra-nos Valério que “crises econômicas fermentam crises sociais, que podem ou não desembocar em crises revolucionárias”, verificando-se, portanto, uma “inversão de causalidades”: os fatores econômicos só se transformariam em causalidade de crise terminal do sistema quando gerassem outra ordem de causalidades: a dinâmica das ações sociais e políticas do sujeito revolucionário, a classe trabalhadora, com suas organizações e direções.

O tema da relação entre reforma e revolução é trabalhado por Valério em vários capítulos da obra. A meu ver, trata-se de uma das questões mais decisivas para a elaboração de uma estratégia socialista. Esta parece ter sido uma questão mal resolvida pelas esquerdas no século XX. Reformistas não lutaram conseqüentemente por reformas por temerem a revolução; revolucionários não lutaram conseqüentemente por reformas por temerem trair a revolução. Valério nos lembra que quando mudanças políticas e sociais se fazem necessárias, podem ocorrer pela via das reformas ou da revolução. A reforma pressupõe disposição das classes dominantes de ceder e capacidade das classes exploradas de se impor. As reformas parecem ser o método socialmente menos custoso da mudança social e, como lembra Valério, este é o horizonte imediato das mobilizações de massa: obter melhores salários, paz, pão e terra. A análise histórica, porém, sugere que as concessões substantivas das classes dominantes só se fazem mediante pressões sociais gigantescas. Como assevera Valério: “A investigação da história das revoluções revelou que só a luta com determinação revolucionária permitiu conquistar reformas e que revoluções ocorreram quando aquelas não foram possíveis” (p. 219). De fato, a experiência histórica vem sugerindo que as reformas – por exemplo, os direitos sociais garantidos pelo “Estado de bem estar” – são sempre provisórias enquanto a dinâmica do sistema sócio-econômico for regida pela lei da valorização do capital. O acervo de conquistas de uma geração de

trabalhadores corre o risco de sequer ser repassado à geração seguinte se a lógica do capital prevalecer. A revolução, portanto, decorre da necessidade de promover, preservar e aprofundar reformas. Não tenho certeza de que Valério tenha dito exatamente isto, mas creio ser uma possibilidade de reflexão que o debate aberto por seu texto permite.

Finalmente, cabe destacar a qualidade do debate empreendido com Jacob Gorender no capítulo “O protagonismo do proletariado e as revoluções do século XX”. À conclusão apresentada por Gorender, de um proletariado ontologicamente reformista, Valério opõe tanto as evidências dos processos revolucionários do século XX, como uma argumentação de historiador: apenas os processos históricos podem elucidar sobre o ser social de uma classe e a classe trabalhadora ainda existe e luta - portanto a última palavra não foi dada. Mais do que isto: o fato de que a consciência de classe, as organizações sindicais e políticas e as reivindicações imediatas do proletariado serem reformistas não significa que este é o limite intransponível de ação histórica desta classe. Afinal, a própria dinâmica da mobilização por reformas, a resistência das classes dominantes – enfim a luta de classes – pode mudar – e não faltam exemplos históricos confirmando esta hipótese – tanto as formas de consciência quanto as formas de organização e o comportamento do proletariado.

O marxismo de Valério é um marxismo principista, sem ecletismos, mas aberto ao debate, ao argumento contrário – especialmente se for inteligente. É um marxismo que não cultua personalidades nem repete catecismos. Sutil o bastante para distinguir determinações de determinismo, necessidade histórica de fatalismo, possibilidade de destino. Um convite à reflexão, ao estudo, ao debate e à ação.

Recebido em Abril/2008; aprovado em Maio/2008.

Nota

* Doutor USP. Professor da Faculdade Campo Limpo Paulista (Faccamp). E-mail: mlealpereira@terra.com.br